



CRITICAL REVIEW

**Bruno Brulon Soares, *Pensar os Museus: Mito, História, Tradição*.
Rio de Janeiro: NAU Editora, 2023. Pp. 185. ISBN 978-85-8128-112-4.**

Lindsey de Oliveira Corrêa

Universidade de Coimbra, Portugal

<https://orcid.org/0000-0001-8940-528X>

Bruno Brulon Soares possui formação nas áreas de museologia e antropologia e atualmente é professor na University of St Andrews e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Escreveu nos últimos anos, entre livros, capítulos e artigos, muitas obras de referência para pensarmos o papel do património e dos museus na sociedade contemporânea.

Em *Pensar os Museus: Mito, História, Tradição*, Soares desafia a visão tradicional e estática de museu como uma estrutura antiga, propondo uma análise que foge ao esperado. O autor não vai ao longínquo passado grego buscar respostas, ao contrário, apresenta e defende a ideia de que as origens do que tratamos hoje por museu são demasiadamente modernas e europeias.

O livro conta com excelente apresentação de Cláudia Beltrão da Rosa e encontra-se dividido em três capítulos, que funcionam como grandes eixos temático-cronológicos, subdivididos internamente. Neles o autor aborda criticamente desde as origens míticas e etimológicas do museu até suas transformações e confrontos frente às urgências sociais contemporâneas.

O primeiro capítulo, intitulado “O rapto das musas: apropriações do mundo clássico na invenção dos museus”, encontra-se dividido em duas seções que abordam, respetivamente, o lugar do *clássico* e do *antigo* dentro do conceito de museu e de que forma os próprios se servem dessas ideias para se reinventarem e para fortalecerem conceitos como *nação* e *civilização*.

Aqui, Soares apresenta as bases conceituais da discussão, inserindo os museus no centro de algumas discussões, como o passado e seus possíveis usos, que, embora iniciadas no século XIX, só seriam aprofundadas no século seguinte. Nesse sentido, defende o museu como uma forma institucional que pode ser definida e analisada historicamente, logo não há museu sem que antes haja a ideia de passado. Sendo assim, é

* **CONTACT** Lindsey de Oliveira Corrêa Email: lindseycorrea.loc@gmail.com

© 2026 The Author(s). Published by *Commentarium: Journal of Humanities Studies*. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives License (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits non-commercial re-use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited, and is not altered, transformed, or built upon in any way. The terms on which this article has been published allow the posting of the Accepted Manuscript in a repository by the author(s) or with their consent.

preciso primeiro (re)criar um passado para depois criar os museus. Nesse cenário, o museu não deve ser pensado como produto do mundo antigo, mas, ao contrário, o antigo deve ser visto como um produto do museu.

A justificativa de Soares é que, embora a ideia comumente difundida de ser o “templo das musas” da Grécia antiga a origem do museu, este passado não passa de uma *performance* do clássico, criada na modernidade. Logo, a ideia de “rpto das musas” corresponderia então a uma apropriação de sentido e mito de origem com o objetivo de legitimação da instituição *museu*. Tal ida ao passado é justificada pela intenção de se construir uma *tradição*, o que é fundamental para a presente discussão pois é responsável por estabelecer conexões. A tradição faz a ponte entre o museu e seu recheio (objetos) e entre pessoas e espaços.

Outra questão muito importante levantada pelo autor, em relação ao *clássico*, diz respeito não ao tempo passado, mas à classe. O termo originalmente era empregado em oposição a *proletário*, ou seja, designava um cidadão abastado, e, embora sua conotação temporal lhe confira um uso mais figurativo, quando empregada em relação aos museus, não abandona, de todo, o seu sentido original. Mas, sobretudo, Soares ressalta que sua análise não tem como principal objetivo julgar as criações e mitos, mas sim, a partir de sua crítica, refletir sobre o presente, ou seja, pensar sobre o papel do antigo em nosso tempo.

Após discorrer sobre o que forma o museu como o conhecemos hoje, o autor passa a argumentar sobre como essa instituição deixa seu *status* de criação e, empregando os recursos que a produziram, começa ela própria a criar. O autor defende que os museus se servem do clássico com interesses ideológicos e políticos na intenção de formar pessoas para um tipo de sociedade que se pretende civilização. Assim, além da coleção exposta à curiosidade, torna-se também um local onde a experiência sensível é fonte de conhecimento e instrução para ser compartilhada e produzir um povo civilizado.

Nesse processo, o clássico é reconvertido em ideal novamente quando os museus, centros de cultura e conhecimento, se veem em meio ao questionamento da noção de humanidade, que vem à tona através dos encontros coloniais. Assim, o clássico ressurgue como forma de engendrar um novo conceito que confere às sociedades europeias, na condição de civilizadas, um papel privilegiado na história. Daí também surge a cultura, como forma de eliminar a ambiguidade presente no termo civilização, que, ao mesmo tempo que evoca um nacionalismo, pressupõe uma universalidade.

Desconstruídos tais mitos, no segundo capítulo “O cultivo do antigo: das coleções particulares aos museus públicos”, o autor propõe uma análise sobre as bases fundadoras do museu real. Sua análise passa por três pontos: o desenvolvimento das coleções particulares na Europa; o surgimento dos museus nacionais; e a formulação do modelo de museus públicos em vigor hoje.

A respeito do colecionismo, Soares defende que sua história no Ocidente é um relato da preservação da noção de sagrado nas coisas guardadas e, conseqüentemente, a ideia de privilégio. Ambas estão ainda muito atreladas à noção de museu hoje. Esses espaços, além de criarem formas de prestígio e poder intelectual, foram se consolidando como locais de interesse público e fonte de conhecimento, o que levou à transformação das coleções particulares em museus e também proporcionou um ambiente adequado para a criação e difusão da ideia de nação.

Sobre a formação dos museus nacionais, o autor parte de Itália como local onde se constitui o património cultural europeu, e a partir de onde se dissemina para o restante do continente. Os primeiros museus, embora ainda mantivessem em si uma ligação com o antigo, tinham agora, principalmente por influência do Iluminismo, o caráter de bem público, aberto a todos e em busca da descoberta e da disseminação da verdade científica. Esse modelo educativo de museus que passa a formar mestres, pupilos e tradições moldará a instituição nos séculos seguintes, e o lugar do clássico era ideologicamente construir as ideias de origem, património e pertencimento em nações em formação.

Essa descoberta, ou melhor, criação do próprio passado, somada à convergência de patrimónios e expressões artísticas, levará a um movimento identitário que, por sua vez, culminará na criação sistemática dos museus nacionais. E o clássico, agora como uma referência para o presente, vai ser visto como a potência de uma civilização gloriosa, face a um inimigo externo (o bárbaro), e assim torna-se elemento de coesão e reforço da identidade nacional.

Por fim, sobre o museu que está em vigor hoje, Soares diz que este e outras instituições sociais dependem de uma crença social para se legitimarem, então o que se procurou até aqui não foi narrar a história dos museus, mas a da sua autoridade. As coleções que exibem, por sua vez, embora dotadas de valor, também só têm sua autoridade confirmada pelos documentos, assim os museus não são instituições somente físicas e estáticas, são também discursos, e peças-chave na “política das representações”, dada a sua forma hegemônica em quase todo o mundo.

No último capítulo, “Por uma arqueologia do passado: a transmissão do patrimônio museológico”, o autor reforça que a apresentação do passado nos museus não é neutra, mas uma construção ativa que envolve seleção, interpretação e, por vezes, invenção. Justifica como os saberes e ciências, hoje ainda, trabalham na manutenção de seus mitos, como a arqueologia ao trazer à luz referências do passado, reinserindo-as no presente e conseqüentemente dotando-as de novos significados.

Tal argumentação se segue pela força em apresentar uma única versão da história como sendo oficial e legítima, apoiando-se na prova de uma continuidade com o antigo, que levanta a ideia de um património “desnaturado”, fruto de um julgamento de valor sobre sua “natureza” original. Essa ênfase nas associações e contextualizações para a promoção

do património levam a questionar até que ponto a história pode ser manipulada durante a sua transmissão.

Por fim, o autor examina a relação intrínseca entre museus e história, visto que os primeiros, ao lidarem com objetos do passado, inevitavelmente devem recorrer à narração e discursividade para comunicar. Além disso, não são meros reprodutores de fatos, mas também fazem história, influenciados por papéis políticos e implicações éticas.

Soares defende também que os museus não são meros depositários nem transmissores neutros do passado. Em vez disso, argumenta que a musealização do património, especialmente do “antigo”, é um processo ativo de construção, marcado por escolhas, interpretações e pela influência de contextos sociais e políticos. Assim, o autor finaliza o capítulo colocando em xeque a objetividade e a autoridade dos museus na representação do passado, atentando na importância de reconhecer a subjetividade e a artificialidade das narrativas museológicas e observando como estas são responsáveis por moldar o presente.

Para concluir. O livro é bem dividido em seus capítulos e seções, apresenta linguagem clara e acessível. A teoria defendida mostra-se de extrema relevância para as discussões em História, Património, e temas correlatos. Na verdade, este livro reequaciona noções tradicionais, propondo uma visão inovadora sobre a função e a importância dos museus, no passado e na contemporaneidade.

O museu, como o conhecemos hoje, surge com a invenção da Europa moderna e com a legitimação dos novos estados-nação, o que se deve à necessidade de os mesmos construírem uma história e uma identidade para si. E isso seria feito com base na relação entre o passado e o presente e na “evocação de ancestrais clássicos”. É somente em meados do século XIX que a forma do museu, tal como a conhecemos, ganha amplitude social, reconhecimento e legitimação.